

Governança: Do que trata o “G” do ESG



Schirlei Freder

- Administradora;
- Doutora e Mestre em Gestão Urbana;
- Pós-graduada em Gestão Social e Desenvolvimento Sustentável;
- Professora e pesquisadora nas áreas de gestão (pública e privada) dentro das temáticas de governança, ESG, sustentabilidade e novas economias (cidades e organizações);
- Finalista na categoria microempresa, do Prêmio WEPS da ONU: “Mulheres que empoderam mulheres” (2014);
- Recebeu o “Prêmio Mulher Empreendedora” da Câmara Municipal de Curitiba (2020).

[Clique aqui para acessar o perfil no LinkedIn](#)

Em tempos de ESG e das mais variadas discussões a respeito do tema, desde os defensores para que o assunto ganhe a pauta empresarial e acadêmica até os movimentos anti-ESG, que buscam enfraquecer e ofuscar a pauta, considero importante nos ampararmos na base teórica que nos auxilia a elucidar o que de fato estamos falando. Para isso, neste texto, vou me ater ao “G” da governança, temática na qual tenho me aprofundado na última década.

Conceitualmente, podemos considerar que a governança corporativa é um conjunto de práticas, controles e políticas aplicado para garantir uma gestão eficiente e transparente das organizações como um todo. Ela pode ser aplicada a qualquer perfil organizacional e tem como principal objetivo proteger os interesses dos proprietários, investidores, colaboradores e dos demais stakeholders, além de garantir o cumprimento das leis e regulamentações em seu segmento de atuação.

Outro fator de extrema relevância às organizações que têm boas práticas em governança é a geração de valor, por meio de ações de sustentabilidade, com ética e integridade, o que garante a perenidade dessas organizações, afinal, elas surgem para estarem “vivas e ativas” por muito tempo e não para sucumbirem logo após a fundação.

O histórico da governança corporativa remonta ao final do século XIX, quando as primeiras empresas começaram a se organizar como sociedades anônimas. No entanto, foi somente nos anos 1930 que a questão da responsabilidade dos conselheiros de administração começou a ser discutida com mais ênfase, justamente pelo fato do agigantamento das empresas, o que ocasionou a separação entre a propriedade e a gestão e a necessidade de maior controle.

Na década de 1950, o modelo de governança corporativa desenvolvido pelos Estados Unidos começou a ser adotado por outras empresas no mundo todo. Esse modelo consistia na separação entre os cargos de CEO e presidente do conselho de administração, bem como na introdução de comitês independentes para monitorar a gestão financeira das empresas.

Com essa separação, as funções ficaram cada vez mais claras e houve muitos avanços positivos no sentido de fortalecer cada vez mais as organizações.

A década de 1980 foi marcada por uma série de escândalos corporativos nos Estados Unidos, que levaram à criação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM, SEC em inglês) e à promulgação de diversas leis para a proteção dos investidores. A criação de instituições de proteção de investidores se estendeu para vários países. Nesse período, também se iniciaram as discussões sobre o conflito de agência, que, entre tantas definições, podemos citar a divergência na execução de deliberações. Por exemplo, o conselho de administração delibera sobre determinada pauta e autoriza de uma determinada forma, entretanto, a diretoria executiva executa de modo diferente do que foi deliberado, gerando um conflito que pode trazer prejuízos ou problemas para as partes interessadas.

Já na década de 1990, a governança corporativa se tornou um tema cada vez mais importante para o setor empresarial, levando à criação de códigos de melhores práticas e ao surgimento de agências de classificação de risco. Nesse mesmo período, se fortalecem as discussões acerca da responsabilidade socioambiental das empresas e o tema começa a ser atrelado à gestão. É importante destacar também que o tema é ampliado a qualquer perfil de organização, não apenas ao ramo empresarial.

Atualmente, a governança corporativa é um tema de grande importância para as organizações como um todo, que buscam se adequar aos melhores padrões e práticas do mercado para garantir sua sustentabilidade econômica e socioambiental, conciliando essas pautas com a competitividade e mantendo níveis de reputação.

Mais recentemente, um marco relevante advindo de um movimento do mercado financeiro ocorreu. Foi em 2018, quando Larry Fink começou a publicar suas cartas aos CEOs, momento em que se potencializaram os debates sobre ESG.

Desde então, vemos um desdobramento de iniciativas em vários países e em diferentes tipos de instituições para responder como andam as práticas ligadas à sustentabilidade com seus indicadores em ESG.

Podemos entender, então, que uma organização que implementa a governança busca maximizar seu valor, manter sua lucratividade com propósito e, conseqüentemente, atrair mais investidores e interessados, garantindo assim a perenidade de seu negócio. Isso é possível por meio da criação de estruturas de controle interno, definição de papéis e responsabilidades claras, transparência na divulgação de informações financeiras e contábeis, entre outras ações, que conhecemos como os fundamentos e princípios da governança.

Dessa forma, a aplicação da governança corporativa traz benefícios para todos os envolvidos, uma vez que ajuda a aumentar a confiança no mercado, aprimorar a gestão organizacional e reforçar sua reputação, assegurando sua perenidade.